

*Prodigal Daughters. Stories of South African Women in Exile**

Natalia Cabanillas**

Durante o *apartheid* na África do Sul (1948-1994), milhares de pessoas viram-se forçadas a abandonar o país, especialmente nos anos que seguiram o Massacre de Sharpeville (1960), e o Levante de Soweto (1976).¹ Homens e mulheres saíram do país perante a possibilidade iminente de serem assassinados ou detidos, para manterem certa unidade familiar, ou com o objetivo de virar combatentes da guerrilha nos campos de treinamento dos países limítrofes, ou mesmo por vários desses motivos juntos. O livro *Prodigal Daughters*, escrito pela ativista sul-africana Lauretta Ngcobo, foca-se em histórias-memórias de mulheres que exilaram-se durante a década de 60, e voltaram à África do Sul entre 1991 e 1995, durante a transição à democracia.

Um(a) sujeito(a) da história controvertido(a), um período complexo e uma experiência – o exílio – cheio de tensões. A tarefa não é simples: como escrever a história das mulheres sem que a própria escrita reduza os itinerários de vida aos cânones androcêntricos das disciplinas humanistas e científicas? De que

* Resenha de NGCOBO, Lauretta. *Prodigal Daughters. Stories of South African Women in Exile*. KwaZulu Natal University Press, África do Sul, 2012. Recebida para publicação em 22 de julho de 2013, aceita em 7 de agosto de 2013.

** Doutoranda em Sociologia, Universidade de Brasília - UnB.
nataliacabanillas@gmail.com

¹ No Massacre de Sharpeville (21 março 1960), a polícia atirou contra uma manifestação pacífica contrária aos passes, ou controle de mobilidade da população não branca. Logo após desatou-se um processo repressivo, fazendo com que as principais lideranças fossem detidas ou exiladas e as organizações políticas foram banidas. O Levante de Soweto (1976) iniciou-se com um protesto estudantil contra o ensino em língua afrikáans, considerada a língua do opressor, e teve uma ampla solidariedade em vários bairros segregados ou *townships*. Imediatamente, o governo reforçou a repressão, razão pela qual milhares de adolescentes saíram para o exílio para se formar como combatentes.

forma dar conta da vida das *filhas pródigas* descobrindo o seu excepcionalismo no cotidiano? Como abrir uma janela para olhar a multiplicidade de variáveis que afetaram uma geração de mulheres sem produzir homogeneizações? Pode-se narrar as tensões entre os e as ativistas dentro e fora da África do Sul sem contar uma história unívoca?

A primeira questão que quero colocar é que o exílio não foi senão uma das modalidades de deslocamento forçado imposto pela política de segregação, primeiro, e pelo *apartheid* desde 1948. A Lei de Terras de 1913 significou a espoliação de terras africanas em mãos da minoria branca, e com ela, a expulsão da população masculina jovem das áreas rurais, procurando dinheiro para pagar os impostos (Ngcobo, 2011:1); além disso, entre 1960 e 1990 calcula-se que 3.5 milhões de african@s foram removid@s violentamente das suas áreas de residência em cumprimento da Lei de Áreas por Grupos (1950), cuja finalidade era segregar racialmente os espaços de moradia (Worden, 1994); também milhares de pessoas procuraram salvar suas vidas, ou evitar a detenção nos inslícios ou exílios.

O exílio sul-africano tem sido marcado, por um lado, pelos relatos épicos dos heróis guerrilheiros do Umkhonto We Sizwe² (Ngcobo, 2011); e por outro lado, pela negação, desde que iniciaram-se as negociações da transição e a política para os e as ex-combatentes seria unicamente a de integrar-se nas South African Defense Force, contra quem até nesse momento tinham lutado (Rajes Pillay, *apud* Ngcobo, 2011:184). Múltiplas formas de viver e transitar os exílios ficam fora dessas narrativas.

A interessante e escassa bibliografia sobre as mulheres na luta contra o *apartheid* tem se concentrado nos movimentos

² ANC, siglas para African National Congress, foi o principal movimento de libertação na África do Sul. Fundado como organização cartista em 1912, virou movimento de massas nos anos 50; perseguido pelo regime, protagonizou boa parte da luta para derrubar o *apartheid*, as negociações para a transição e encabeçou o primeiro governo democrático desse país quando, em 1994, Nelson Mandela foi eleito por maioria popular como o primeiro presidente negro. Até o dia de hoje, o ANC governa a África do Sul.

dentro do país, principalmente em dois momentos históricos quando o sujeito “mulheres” interveio na política nacional com organizações (relativamente) autônomas, de alianças amplas e demandas próprias: nos anos 50 com a Federação de Mulheres Sul Africanas (Walker, 1993 e Wells, 1984) e seu protagonismo na luta contra o controle da mobilidade da população não branca; e durante a transição nos 90s, quando entra em ação a Coalizão Nacional de Mulheres, integrada pelas mais variadas forças políticas, construindo uma agenda de direitos e reclamos das mulheres e pressionando para sua inclusão nas negociações para a democracia (Hassim, 2006; Britton e Fish, 2009; Gasa e Sutner, 2007). Dita bibliografia as retrata participando na cena comunitária, aparentemente despolitizada, nos movimentos sindical, estudantil, nas federações nacionais ou regionais de mulheres, nos movimentos de libertação, nos partidos políticos e na guerrilha.

Existem poucos estudos abrangentes sobre mulheres ativistas nos anos 60. Portanto, o livro preenche um vazio na produção de conhecimento, contribuindo com um excelente material para a análise das tensões de gênero na militância contra o *apartheid*. Devido à repressão, a documentação e os registros são escassos e fragmentários, e os métodos da história oral e a memória são a forma quase unívoca de reconstrução histórica. Em consonância, *Prodigal Daughters* é um livro formado por dezessete relatos autobiográficos de mulheres sul-africanas brancas e não brancas, a maioria delas profissionais,³ todas elas mães, pertencentes ou não a algum movimento de libertação, tendo nascido no exílio ou saído pela perseguição à ela mesma ou a algum familiar, com experiências e roteiros diversos de exílios em países africanos e não africanos.

Assim, os exílios seriam mais um cenário da luta contra o *apartheid*, onde o movimento de mulheres do ANC perde

³ Isso não significa que tivessem uma origem de classe média alta, já que a maioria delas conseguiu estudar somente no exílio com ajuda do movimento de libertação ao qual pertenciam.

autonomia, ao ser impedido de manter a Liga de Mulheres, e é levado a criar a Seção de Mulheres, dependente do Conselho Executivo Nacional daquela organização (Hassim, 2005). E, ao mesmo tempo em que as lideranças no exílio tiveram maior contato com o feminismo internacional, tinham poucas possibilidades de ter relações diretas com a realidade da luta dentro do país (Hassim, 2005). As tensões emergiram quando as lideranças voltaram à África do Sul, depois do levantamento da proibição do ANC e do PAC⁴, em 1990.

O livro *Prodigal Daughters* foca-se em experiências atravessadas por tensões: a decepção com os movimentos de resistência; as dificuldades para a sobrevivência; as separações dos filhos, de amigos, parceiro ou família; a distância entre a experiência fora e dentro do país para as práticas políticas; a obediência aos movimentos; a impossibilidade de sustentar uma vida familiar e uma mínima rotina; as dificuldades da integração, da discriminação e o sentimento permanente de nostalgia e de não pertencimento. Todas temáticas polêmicas, intelectual e politicamente, e que podem ser colocadas nos subterfúgios dos relatos em primeira pessoa que – até certo ponto – desafiam os limites da escrita acadêmica. Cronológicos, mas não lineares, os relatos escapam de focar-se unicamente nas lideranças femininas que foram bem sucedidas nos ambientes masculinizados da luta. O livro tem por virtude dar conta dos debates feministas mais atuais sem precisar referir-se explicitamente a eles, deixando à leitora o prazer de fazer uma leitura intertextual livre.

A autora (editora) coloca-se no texto em baixo da mesma lente crítica que o resto das narradoras. Não por se apresentar como tal numa introdução ou prefácio, mas por incluir a sua própria narração de exílio exatamente no mesmo formato que as demais. Estabelece, assim, uma relação de igualdade: situa-se tão sujeito como objeto, dando conta do chamado “conhecimento localizado” (Haraway, 1988; Harding, 1998). Dessa forma, consegue

⁴ O PAC - Pan African Congress – foi outro dos principais movimentos de libertação, de orientação pan africanista, que surgiu em 1959 como cisão do ANC.

abrir mão do olhar onipresente explicativo ou racionalizador das experiências das *outras* (Berkin, 2012; Katmeier, 2012, Rufer, 2012). Como resultado, as narrativas não são generalizáveis, oferecendo uma resolução prática para prescindir dos conceitos universais, aspecto mais do que debatido dentro da academia e da política feminista (Mohanty, 1983). A escrita das atividades políticas não vem separada dos problemas considerados domésticos, preocupações e medos; mais do que em qualquer outro texto sobre o ativismo de mulheres na África do Sul, as emoções formam parte da história com letra maiúscula. Assim, longe de ser um agregado a história oficial, uma versão feminina da história androcêntrica, ou de reproduzir a épica militante, Lauretta Ngcobo, consegue mostrar outra forma de entender a história, suas ambiguidades e suas contradições. Talvez por esse motivo, o livro tenha uma introdução para contextualizar a história sul-africana, porém não possui nenhuma nota, parágrafo ou capítulo de conclusão. Como a *História sem garantias* tão presente nos estudos pós-coloniais, as narrações não têm uma palavra final, senão caminhos abertos e incertos.

Poderia acrescentar que a autora resolve alguns desafios centrais da escrita feminista: contar com as vozes das mulheres, seus pontos de vista e suas necessidades, literalmente em primeira pessoa, sem anulá-los no processo da autoria; não abolir seus interesses, preocupações e prioridades na edição das entrevistas; não impor o ponto de vista da pesquisadora, e por sua vez, dar o espaço suficiente para que o objeto de estudo continue sendo sujeito na escrita (Mies, 1998). Em outros termos, procurar caminhos que evitem que o exercício da escrita seja um processo de objetivação ou coisificação dos sujeitos.

Embora os exílios do *apartheid* pudessem ser considerados relatos do horror, as autoras em nenhum momento da escrita vitimizam-se. Pelo contrário, são ativas criadoras de estratégias políticas, com quotas importantes de poder e decisão sobre suas vidas. As suas identidades vão muito além (ou contrárias) a elas se colocarem como um produto do poder, do racismo o do sexismo, embora tenham nascido em um dos regimes com maior

desenvolvimento da engenharia social para o controle e a exploração da população. Como bem sinalizaram Cheryl de la Rey, Amina Mama e Zine Magubane (1997), as experiências de racismo e opressão não necessariamente criam patologização; podem gerar resiliência. As narrações que compõem o livro *Prodigal Daughters* são um bom exemplo disso. Uma conclusão desafiadora para os estudos de gênero e de memória centrados na vitimização, no trauma ou na impossibilidade da palavra.

Sem que Lauretta Ngcobo apresente como tal o tema, a narração de cada mulher exilada mostram uma prática de maternidade particular, e majoritariamente subordinada ao compromisso político. As dezessete histórias de vida dão muitos elementos para avançar no debate sobre o caráter conservador, ou não, do maternalismo sul-africano, podendo estabelecer uma nítida diferença entre a defesa política da maternidade e seu exercício real.

Poderia se objetar o grau de representatividade das narrações, sendo as mulheres que escrevem seus depoimentos no livro majoritariamente militantes urbanas, centradas em grande medida na família nuclear monogâmica e pouco nas relações comunitárias, e cujo mundo restringe-se à sociedade dos vivos (ausências que chamam a atenção no caso das mulheres africanas). Não obstante, a pretensão de ser representativo é ausente no livro, cujo título, de fato, sublinha o caráter excepcional, mais que majoritário, das vidas das filhas pródigas. Por um lado, pela alusão à história bíblica daquela que sem seguir as regras acaba no caminho certo; e, por outro lado, por chamar de filhas num país onde as grandes lideranças femininas são apelidadas como *mães da nação*.

A ausência da voz onipresente e racionalizadora (portanto, superior), nos deixa algumas perguntas sem resposta, concernente aos procedimentos metodológicos utilizados, tais como: se poderíamos considerar *Prodigal Daughters* como um livro de multiautoria, se os relatos foram ou não organizados pela autora, se foram editados ou se são produto de entrevistas. Isso não oblitera o fato de que as narrações das *Prodigal Daughters* têm,

sem dúvida, muito que dizer sobre a história da África do Sul, as experiências das mulheres na luta contra o *apartheid* e também sobre os caminhos metodológicos criativos para um olhar africano e feminista nos estudos de gênero e memórias.

Referências bibliográficas

- BRITTON, Hanna e FISH Jeniffer. Engendering Civil Society in Democratic South Africa. In: BRITTON, Hanna; FISH, Jennifer e MEINTJES, Sheila. *Women activism in South Africa. Working across divides*. University of KwaZulu Natal Press, África do Sul, 2009, pp.1-42.
- CEJAS, Mónica Inés, Creating a women's political space within the anti apartheid movement of 1950s: the case of the Federation of South African Women (1954-1963), Teses de doutorado, Relações internacionais, Tsuda College, Japón, 2004.
- CORONA Berkin, Sarah. Notas para construir metodologías horizontales . In: BERKIN, Sarah Corona e KALTMEIER, Olaf. *En diálogos. Metodologías horizontales em Ciencias Sociales y Culturales*. Gedisa, Barcelona, 2012, pp.85-109.
- DE LA REY, Cheryl, A. MAMA E Z. MAGUBANE. Beyond the masks. *Agenda* 32. Durban, 1997, pp17-23.
- DE LA REY, Cheryl. Introduction: South African feminism, race and racism. *Agenda* 32, Durban, 1997, pp6-10.
- GASA, Nomboniso e Raymond SUTNER (ed.), *Women in South African History. Basus'iimbokodo, Bawel'imilambo/They remove boulders and cross rivers*. El Cabo, Sudáfrica, HSRC Press, 2007.
- GOVENDER, Pregs. Breaking the silence. Women's national coalition. *Agenda* nº 16, Durban, 1993, pp.42-43.
- HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, vol. 14, nº 3, 1988, pp.575-599.
- HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (comp). *Debates en torno a una metodología feminista*. Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco, México, 1998, pp.2-15.

- HASSIM, Shireen. *Women's organization and democracy in South Africa. Contesting authority*. South Africa, KwaZulu University Press, 2006.
- KALTMEIER, Olaf, Hacia la descolonización de las metodologías: reciprocidad, horizontalidad y poder. In: BERKIN, Sarah Corona e KALTMEIER, Olaf. En diálogos. Metodologías horizontales em Ciencias Sociales y Culturales. Gedisa, Barcelona, 2012, pp.25-54.
- KROG, Antjie, MPOLWENI, Nosisi y RATELE, Kopano. *There was this Goat. Investigating the Truth Commission Testimony of Notrose Nobomvu Konile*. University of KwaZulu Natal, África do Sul, 2009.
- MIES, Maria. Investigación sobre mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feminista. In: BARTRA, Eli (comp.). *Debates en torno a una metodología feminista*. Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco, México, 1998.
- MOHANTY, Chandra Talpade Bajo los ojos de occidente Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez & HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (eds.). *Descolonizar el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, 2008, pp.112-162.
- NDEBELE, Njabulo, *The cry of Winnie Mandela*, David Philip Publishers, África do Sul, 2004.
- RUFER, Mario. "El habla, la escucha y la escritura. Subalternidad y horizontalidad desde la crítica poscolonial" In: BERKIN, Sarah Corona e KALTMEIER, Olaf. En diálogos. Metodologías horizontales em Ciencias Sociales y Culturales. Gedisa, Barcelona, 2012, pp.55-81.
- SCANLON, Helen. *Representation and Reality. Protraits of Women's lives in the Western Cape 1948-1976*. HSRC, Cape Town, 2007.
- WALKER, Cheryl. *Women and Resistance in South Africa*, Onyx Press, Londres, 1982.
- WELLS, Julia. *We now demand: the History of Women's Resistance to Pass Laws in South Africa*. Witwatersrand University Press, Johannesburgo, África do Sul, 1993.
- WILDERSON, Kamogelo Lekubu. The Women's Convention. Change in social practice. *Agenda* n° 36, Durban, 1997, pp.68-71.